Revista Macambira

O sentido libertador e educativo do trabalho de agricultores(as) na horta comunitária de Ipiaú - Bahia

Uilma dos Santos Ramos[1]*, **Heron Ferreira Souza**[2]

RESUMO

A horta comunitária de Ipiaú – Ba foi constituída como resposta ao quadro de desemprego decorrente da crise cacaueira, nos anos 1980. Portanto, buscou-se compreender em que medida os sentidos que permeiam as relações de trabalho na horta comunitária de Ipiaú demonstram o caráter educativo do trabalho centrado em uma "Outra Economia". A pesquisa assentou-se na concepção metodológica dialética da sistematização de experiências e a coleta de dados foi feita por entrevistas semiestruturadas. Na análise temática de conteúdo emergiu a categoria temática "liberdade", enquanto sentido do trabalho na horta, e reforçou-se o caráter educativo do trabalho na perspectiva da "Outra Economia", pela experienciação dos valores e práticas que sustentam essa produção (i)material da vida.

Palavras-chave: Liberdade. Outra Economia. Solidariedade. Educação. Resistência.

The liberating and educational meaning of farmers' work in the Ipiaú - Bahia community garden

ABSTRACT

The community garden in Ipiaú – Ba was established as a response to the unemployment situation resulting from the cocoa crisis in the 1980s. In this sense, this study aimed to understand to what extent the meanings that permeate work relationships in the Ipiaú community garden reflect the educational nature of labor focused on "another economy". The research was based on the dialectical methodological conception of the systematization of experiences and data collection was carried out through semi-structured interviews. In the thematic content analysis, the thematic category "freedom" emerged as the meaning of work in the garden, and the educational character of the work was reinforced from the perspective of the Other Economy, through the experience of the values and practices that sustain this (im)material production of life.

Keywords: Freedom. Another Economy. Solidarity. Education. Resistance.

El significado liberador y educativo del trabajo de los agricultores en el huerto comunitario de Ipiaú - Bahia

RESUMEN

El huerto comunitario Ipiaú – Ba nació como respuesta a la situación de desempleo derivada de la crisis del cacao en los años 1980. En este sentido, buscamos comprender en qué medida los significados que permean las relaciones de trabajo en el huerto comunitario de Ipiaú demuestran el carácter educativo del trabajo centrado en "otra economía". La investigación se basó en la concepción metodológica dialéctica de la sistematización de experiencias y la recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas. En el análisis de contenido temático, surgió la categoría temática "libertad" como significado del trabajo en el huerto, y se reforzó

[1] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFBAIANO). Professora do município de Ipiaú (SEMED- Ipiaú) e Coordenadora pedagógica da Rede Estadual de Educação (SEC-Ba). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9226-0747. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6953395984951772. *Autora correspondente: uilma.ramos1@enova.educacao.ba.gov.br.

[2] Doutorado em Educação (Unicamp). Professor do Instituto Federal Baiano e do Mestrado Profissional em Rede em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – IFBAIANO. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0927-3112. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9527831284464333.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

el carácter *educativo* del trabajo desde la perspectiva de la Otra Economía, a través de la vivencia de los valores y prácticas que apoyar esta producción (in)material de vida.
Palabras clave: Libertad, Otra Economía, Solidaridad, Educación, Resistencia.

INTRODUÇÃO

A Horta Comunitária de Ipiaú era um pedaço de terra improdutiva. Pedaço de terra, por ser uma área insignificante, em termos quantitativos, quando comparada com a área total de terras do latifúndio do qual fazia parte. Improdutiva, porque nenhuma muda ou semente era plantada nesse "pedaço" com o objetivo de fazê-lo cumprir sua principal função social.

Desse modo, o governo municipal da época comprou um terreno correspondente a quatro hectares, às margens do Rio da Água Branca, situado em uma área isolada e despovoada que pertencia a um proprietário de vasta extensão de terras na região. Esse terreno passou a ser um espaço de trabalho coletivo, uma proposta que se assemelha ao Projeto Fazenda do Povo, outra experiência em Ipiaú baseada nos princípios da distribuição de terra e empreendida por Euclides Neto, escritor, advogado e ex-prefeito da cidade.

A horta comunitária foi projetada por autoridades da cidade e tinha como objetivo ser uma alternativa de trabalho e renda, enquanto resposta ao problema do desemprego, agravado com a crise da cacauicultura e a crise econômica nos anos finais da década de 1980.

Atualmente, a horta comunitária é um espaço com 40 lotes e mantém, em certa medida, sua idealização inicial de ser voltada para o trabalho feminino e cujos resultados complementam a renda familiar. No entanto, observou-se que o espaço da horta tem sido utilizado por outros familiares (esposos, filhos e netos) e em alguns casos se tornou a única ou principal fonte de renda da família.

Com a concretização da horta comunitária, em 1987, o pedaço de terra improdutivo passou a ser o meio de trabalho e assegurar que mulheres e homens continuem a vida. A ideia de comunitário e a não relação de venda de força de trabalho, à primeira vista, nos fez aproximar tal experiência àquelas centradas na perspectiva de uma "Outra Economia", em que os processos de produzir e aprender com/pelo/sobre o trabalho não se dão de forma estrita com as racionalidades capitalistas.

Nesse sentido, segundo Tiriba (2001), os espaços e os processos de produção que têm os trabalhadores como autônomos podem ampliar, significativamente, o campo de investigação sobre "os elementos materiais da formação humana" (Tiriba, 2001, p. 228), isso se referindo a espaços nos quais se produz a partir do trabalho, que assume outros sentidos que não o capitalista e que, consequentemente, é capaz de gerar saberes e práticas diferentes.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

A partir desses pressupostos, buscou-se compreender em que medida os sentidos que permeiam as relações de trabalho na horta comunitária de Ipiaú demonstram o caráter educativo do trabalho centrado em uma "Outra Economia".

O trabalho assentou-se na concepção metodológica dialética que orienta a sistematização de experiências enquanto método procedimental. A relação da sistematização com a concepção metodológica dialética se ampara na compreensão de que essas experiências "[...] são processos sociais dinâmicos: em permanente mudança e movimento. São também processos sociais complexos, em que se inter-relacionam, de forma contraditória, um conjunto de fatores objetivos e subjetivos [...]" (Holliday, 2006, p. 21).

Inicialmente, a pesquisa foi direcionada a todos que atuavam nos lotes e a primeira etapa da sistematização ocorreu na forma de roda de conversa com a presença de aproximadamente 20 (vinte) agricultores(as). Contudo, os outros momentos foram repensados diante da dificuldade de juntar o grupo, uma vez que cada agricultor(a) organizava seu tempo de forma diferente.

Nesse sentido, 12 (doze) agricultoras e agricultores sinalizaram interesse e disponibilidade para continuar na pesquisa, compondo a amostra aleatória. Estes(as), em sua maioria, foram mulheres negras, com idade entre 40 e 65 anos.

O processo de coleta de dados, portanto, se constituiu no caminhar entre leiras e o dialogar com os agricultores e agricultoras, encaminhando questões e ouvindo histórias trazidas das memórias.

A coleta de dados foi realizada nos anos de 2019 a 2021, após aprovação do Comitê de Ética do Instituto Federal da Bahia, e precisou ser pausada em decorrência da pandemia de covid-19. As entrevistas presenciais foram retomadas quando os governos estadual e municipal flexibilizaram as medidas de distanciamento social. Mesmo assim, foram mantidas as estratégias de segurança, como o uso de máscaras.

Os dados construídos com os sujeitos foram analisados tomando como base a análise temática de conteúdo em que se realizou a leitura flutuante, a exploração do material – organização dos dados a partir de categorias pré-definidas (organização coletiva e trabalho; dimensão socioeconômica e dimensão produtiva) – e tratamento dos resultados: inferência e interpretação. No geral, os dados aqui apresentados concentram-se na primeira categoria da qual também emergiu a categoria temática "liberdade", enquanto sentido do trabalho na horta, e reforçou-se o caráter educativo do trabalho na perspectiva da "Outra Economia", pela experienciação dos valores e práticas que sustentam essa produção (i)material da vida.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

REFERENCIAL TEÓRICO

Do ponto de vista ontológico, o trabalho é entendido como a produção material (*práxis* produtiva) e imaterial (práxis política, educativa, cultural) da existência dos seres humanos, por isso é uma atividade humana intencional. Nessa perspectiva, o trabalho pode ser entendido como a "produção do existir humano (físico e psíquico, material e imaterial, individual e social, objetivo e subjetivo), do descobrimento e da produção do mundo" (Arruda, 1995, p. 73).

Na perspectiva histórica, o trabalho assume características específicas que refletem a formação social em determinado modo de produção, o que pode refletir distintas formas de relações sociais de produção, inclusive com algum grau de exploração, dominação. Portanto, sob a lógica capitalista, a perspectiva teleológica do trabalho se constitui na satisfação das necessidades de reprodução ampliada do capital, em detrimento da reprodução ampliada da vida[3] (a satisfação das necessidades humanas em sua integralidade multidimensional) (Netto; Braz, 2012; Tiriba, 2019).

Contudo, é importante entender que atualmente ainda se pode falar de trabalho nas formas de produção não capitalista, o que não deve ser visto estritamente como formas residuais presentes no capitalismo, mas como expressão de processos de resistência de grupos oprimidos. Na luta para "ganhar a vida", se sustentar diante das necessidades materiais imediatas, esses grupos podem também "dar sentido à vida" e, por vezes, assumirem uma "ação emancipatória" de desafiar as estruturas opressoras, enquanto consciência crítica sobre o processo de produção (i)material da vida, mesmo que mediada pelas relações do capital, alinhada com alternativas ao capitalismo (Bebbington, 1999, p. 2 *apud* Schmitt, 2010, p. 42).

Portanto, na luta pela sobrevivência, as formas de resistência não são produtos imediatos de uma tomada de decisão que, consciente e criticamente, negam as promessas e orientações do sistema hegemônico. Em geral, expressam mais uma resposta emergencial e criativa aos momentos de crise. Contudo, essas estratégias de resistência aos problemas pontuais, como o desemprego, podem configurar-se em alternativas ao sistema como um todo, como ressalta Quijano (2002).

Essas formas de trabalho são compreendidas, atualmente, na perspectiva de uma "Outra Economia". Segundo Cattani (2009), esse conceito agrega em si uma diversidade de práticas que, embora tenham diferenças, apresentam a especificidade de compartilhar princípios que negam as práticas capitalistas. Dentro do termo "Outra Economia", cabem: a

[3] Termo discutido por Lia Tiriba (2019).

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

"Economia do Trabalho" (Coraggio, 2009); a "Economia Popular" (Tiriba, 2001; Tiriba; Icaza, 2009); a "Economia Solidária" (Gaiger; Laville., 2009); os "Sistemas Alternativos de Produção" (Quijano, 2002), dentre outros.

Os autores trazem esses termos do envolvimento com o fazer do povo, da observação que têm feito desse fazer, ou seja, da empreendida tarefa "[...] de analisar a racionalidade interna das organizações econômicas geridas pelos próprios trabalhadores" (Tiriba; Icaza, 2009, p. 151), destacando o modo de trabalhar, o objetivo desse trabalho, as relações estabelecidas, o uso dos recursos, a organização dos espaços, a aquisição e o controle dos meios de produção, a escolha do que é produzido e de como é produzido, a exemplo dos estudos de Razeto (1993) e Coraggio (2009).

Segundo Coraggio (2009), a compreensão das práticas econômicas não capitalistas se torna mais fácil ao se criar um paralelo entre essas e as formas capitalistas:

i. Reprodução ampliada do capital (concentração de riqueza) x reprodução ampliada da vida (socialização dos ganhos);
ii. Meios de produção sob controle dos capitalistas (concentração de poder) x meios de produção sob controle dos trabalhadores (democratização das decisões);
iii. Competição, individualismo, disputa x cooperação, solidariedade e cuidado;
iv. Degradação ambiental x bem comum.

Dos aspectos apresentados, emergem duas questões importantes: i) o princípio educativo do trabalho nessa "Outra Economia"; e ii) o sentido de trabalho construído nas experiências dos(as) trabalhadores(as) no tocante às suas condições de vida e relações sociais de produção (associada), o que geralmente está relacionado com a ideia de liberdade, autonomia, autogestão e solidariedade, dentre outros.

Em geral, a partir da perspectiva relacional das abordagens ontológica e histórica do conceito de trabalho, reconhece-se que "o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano" (Ciavatta, 2008, p. 408) não se realiza por completo no modo capitalista de produção. Logo, como afirma Ciavatta, "[...]o trabalho não é necessariamente educativo, depende das condições de sua realização, dos fins a que se destina, de quem se apropria do produto do trabalho e do conhecimento que se gera" (Ciavatta, 2008, p. 413). Apesar disso, não se pode perder de vista "a possibilidade de positividade da ciência, da técnica e avanços das forças produtivas dentro do sistema capitalista" (Frigotto, 2009, p. 191).

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

Por outro lado, considerando as formas de produção (i)material da vida que se constituem enquanto resistência ao "modo do capital organizar a vida" (Titton, s/d, p. 1), deve-se problematizar o caráter educativo pulsante dessas experiências de classe.

Segundo Arroyo (1995, p. 80), "[...] na prática social, enquanto prática produtiva, organizativa, se faz cultura, o povo se educa e se forja, se torna ser social consciente". Nesses processos de vida, há o ato de ensinar e aprender, também se produz saberes, educa-se na/para/sobre a luta e, também, na/para/sobre a produção (i)material da vida, tensiona-se o reconhecimento de classe, gênero e raça à medida que se impõe uma postura de indignação e crítica frente às "situações limites" e se elabora "atos" limites como respostas dos sujeitos históricos aos processos de exploração, dominação e opressão. Por um lado, isso não nega a função social da escola, mas ajuda a problematizar a capacidade da escola dialogar com a vida social e a evidenciar que toda a formação humana transborda o espaço escolar (Arroyo, 1995; Tiriba, 2001; Freire, 1992; Caldart, 2015).

Buscando entender os sentidos do trabalho nas experiências de produção não capitalista, abordaremos especificamente aqui o conceito de liberdade. Ao discutir sobre o problema da liberdade, Polanyi (2019) alertou para a necessidade de se conhecer o que se entende por liberdade numa "sociedade complexa" para, só então, efetivamente, se alcançar "a liberdade". Para Polanyi (2019), o sentido dado à liberdade é construído por homens em posição, tempo e contexto específicos. Como construção humana em contexto social, histórico e cultural específico, a liberdade instituída também responde a interesses específicos, que podem ou não atender às necessidades do coletivo**.** Portanto, a "[...] liberdade criada pela regulação é denunciada como não liberdade; a justiça, a liberdade e o bem-estar que aquela proporciona são apresentados como uma camuflagem da servidão" (Polanyi, 2019, p. 470).

Ao analisar o problema da liberdade, Polanyi (2019, p. 467) afirma que a institucionalização da liberdade pessoal esteve atrelada ao contexto da "[...] economia do século XIX". Portanto, o perigo em torno desse processo diz respeito ao condicionamento da liberdade aos interesses estritos da economia capitalista, dentre eles, o lucro.

Nesse sentido, entende-se que as lutas por liberdade, embora tenham sempre existido no processo histórico, encontraram e encontram obstáculos para serem "[...] conduzidas e concebidas como processos emancipadores, universalizadores" (Cattani, 2009, p. 175). Assim, no momento após a luta, no campo prático, a concepção de liberdade não se efetiva associada à igualdade. Por exemplo, na luta contra as estruturas anacrônicas e medievais, a classe burguesa anunciava a ideia de liberdade como um valor para todos, contudo, no processo

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

histórico, uma significativa parcela da sociedade que apoiou a burguesia no movimento inicial não pôde usufruir plenamente da liberdade conquistada.

Polanyi (2019) defende que a privação da liberdade é consequência da histórica diferença de classe, que estende as desigualdades também à vivência da plena liberdade, isso porque:

> As classes abastadas gozam da liberdade que lhes é conferida pelos seus ócios em condições de segurança – sentem-se, por isso, naturalmente, menos ansiosas para alargar a liberdade no conjunto da sociedade do que aqueles que, com escassos rendimentos, têm de se contentar com o mínimo de liberdade (Polanyi, 2019, p. 466).

Portanto, a ideia de liberdade é fortemente atrelada à posição de classe e aos processos de opressão decorrentes dela. Em resposta a isso, a democracia no capitalismo geralmente é vista como panaceia para o problema das desigualdades (Przeworsky, 1995), o que no fundo apenas atenua as "perversidades sistêmicas" do capitalismo (Santos, 2003).

De forma específica, reconhece-se aqui a fundamental importância das conquistas dos direitos civis (liberdade individual), dos direitos políticos (liberdade política) e dos direitos sociais (proteção social), respectivamente, nos Séc. XVIII, XIX e XX (Di Giovanni, 2013), mas, como nos alerta Przeworsky (1995, p. 133), "[...] a liberdade e a participação podem conviver, e de fato convivem, com a pobreza e a opressão [...]" (Przeworsky, 1995).

Nesse sentido, as limitações impostas pelo capitalismo à vivência plena da liberdade (e sua consequente relação com a autonomia e democracia) reforçam a compreensão de que "[...] a emancipação de toda a humanidade coloca-se como projeto do proletariado [...]" em que, inclusive, as lutas empreendidas pelos(as) trabalhadores(as) para garantir a produção material da vida precisam deslocar-se da perspectiva instrumental para uma interpretação crítica do mundo e, consequentemente, produção de valores autênticos e referenciais de outro modo de pensar a vida e vivê-la, distinto do arcabouço das subjetividades produzidas pelo capitalismo. Em outros termos, diante das possibilidades, ressignificar a liberdade, uma vez que "os conceitos são históricos como os acontecimentos que lhes dão conteúdo" (Ribeiro, 2010, p. 264).

No exercício de compreensão de outras formas de produzir a vida e vivê-la, é preciso repensar a relação Sociedade-Mercado como proposto por Polanyi (2019). Fazendo provocações às teorias que se originam a partir de afirmações de Adam Smith, Polanyi (2019) desenha um sujeito que diverge do "Homem Econômico", esse que, naturalmente, coloca o lucro como ponto central da vida produtiva.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

A discussão de Polanyi (2019), embora reconheça a existência do mercado desde os primórdios e afirme que toda sociedade necessita e apresenta um sistema econômico, resgata outras finalidades, determinadas para a produção e para o trabalho por sociedades pré-capitalistas, que não as centralizadas na acumulação do lucro. Com essa postura também faz provocações ao pensamento que tornou irrelevante, para alguns, a história primitiva, quando se buscam fontes para a resolução das problemáticas da atualidade. Contrários a essa irrelevância, pontos de vista contemporâneos, como os construídos com base nas "Epistemologias do Sul" (Santos, 2010) ou, ainda, no "Bem Viver" (Acosta, 2016) veem no perfil de povos ancestrais possibilidades de respostas aos desafios enfrentados na atualidade.

Esse resgate das experiências históricas tem grande relevância em um tempo em que se afirma não haver alternativas ao modelo econômico vigente e de naturalização de um modelo de trabalho que coloca a busca do lucro como princípio para as relações. Esse resgate também se transmuta em um processo de descolonização do saber; aproximar-se das experiências de trabalho e economia de povos primitivos, a partir de outro prisma, pode provocar sujeitos a questionarem as afirmativas, assim como a problematizarem ideias que dizem haver apenas um modelo possível de desenvolvimento (Quijano, 2002; Acosta, 2016; Santos, 2020). E que, para alcançar esse modelo, os povos todos do mundo – "subdesenvolvidos" – precisam seguir os passos dados por nações que alcançaram o topo do "progresso". Certamente, a questão que perpassa tais pressupostos é de forma, não de conteúdo; quer dizer, não se pretende negar o desenvolvimento científico, tecnológico, os diferentes conhecimentos historicamente produzidos etc., mas é fundamental problematizar sua ética política – a de valorização da vida, do trabalho e da natureza ou a do capital.

Estudos da antropologia social trazem conhecimentos mais consistentes sobre a organização dos primeiros povos e sociedades. Esses estudos revelam que entre os aspectos sociais e econômicos – inclusive os relacionados à acumulação de bens materiais – o homem se move guiado mais por preocupações ligadas ao primeiro aspecto, o social. Uma das grandes diferenças entre sociedades pós e pré-capitalistas é o lugar ocupado pela economia, o mercado e as relações sociais. Estabelecendo um sistema de hierarquia nas sociedades pré-capitalistas, as relações sociais estariam sobre a economia e o mercado.

Concretizando o objetivo de mostrar que as "[...] motivações econômicas decorrem do quadro de condições da vida social", Polanyi (2019) elenca uma série de situações que caracterizam sociedades ancestrais. Dentre elas, o fato de os interesses econômicos individuais não prevalecerem, da importância dos laços sociais e das atividades comunitárias. As atitudes em que se personificava o princípio de preservação da vida de todos eram

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

altamente reconhecidas pelo coletivo, enquanto o contrário era razão para afastar indivíduos do grupo, na lógica, uma grande desvantagem. Dialogando com Polanyi (2019), Gaiger (2016, p. 60) afirma que "[...] os vínculos sociais constituem o pilar central da vida humana [...]".

Ainda segundo Polanyi (2019), os estudos sobre o trabalho e a cultura material de povos ancestrais indicam que os princípios orientadores das condutas desses povos eram a dádiva, a redistribuição e a reciprocidade, o que orientavam a constituição de vínculos, os fins atribuídos ao trabalho e ao destino dos produtos do trabalho.

De modo extremamente geral e sistematizando as ideias de Polanyi (2019), pode-se dizer que os sistemas constituídos a partir desses princípios eram formas de organização social complexas, que garantiam a circulação dos bens materiais e a sobrevivência do coletivo. Isso com base numa ideia diferente sobre as relações e, consequentemente, sobre o trabalho. Relações baseadas nos conceitos de dádiva, reciprocidade e redistribuição orientavam ofertas gratuitas e geravam, em quem ofertava, certeza de retribuição, mas não necessariamente do mesmo que foi ofertado e/ou da mesma pessoa a quem se ofertou. Como em um sistema circular contínuo, o ato de doar traz uma devolutiva material para quem executa tais comportamentos.

Nesse sentido, "[...] estas funções de um sistema econômico propriamente dito são completamente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que fornecem uma motivação não econômica superabundante para cada ato efetuado" (Polanyi, 2019, p. 182). Isso se confirma porque "O valor atribuído à generosidade é tão grande em termos de prestígio social que faz com que qualquer outro comportamento, que se afaste do altruísmo, não seja compensador". (Polanyi, 2019, p. 180). O prestígio social, estando atrelado a sentimentos e a atitudes altruístas, é que provoca o movimento contínuo das mercadorias, gerando um sistema econômico eficiente, que é consequência, dentre outros aspectos, da atenção e da preocupação direcionada por todos os membros da comunidade: a busca dessa notoriedade social.

É preciso chamar a atenção para o fato de não se estar falando dos homens pré-capitalistas como naturalmente bons ou maus, mas de uma escolha coletiva que propicia a vida. Ou seja, grupos sociais fazem a opção por um estilo de vida que preserva a vida, não individualmente, mas do todo.

A evidência nesse ponto é para um sentido atribuído ao trabalho que é consequência daquilo que fundamenta as relações e constitui os comportamentos sociais. Tudo isso culmina em sistemas econômicos que garantem a continuidade da vida. Esses comportamentos se apoiam em orientações que asseguram a sobrevivência de cada um como responsabilidade de

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

todos. Outra orientação é a reciprocidade das obrigações, meu dever com o outro é dever do outro comigo; dar também se converte em proteger os próprios interesses, isso se esses estão em consonância com o continuar a existir da comunidade.

A efetividade desses sistemas é assegurada por exercícios constantes que desprezam o "interesse econômico egoísta" (Polanyi, 2019, p. 180) e valorizam a generosidade. O trabalho coletivo e a participação na distribuição dos seus frutos reforçam os princípios comunitários. É desenvolvida uma série de atividades visando reforçar o princípio que rege as relações sociais – a manutenção da vida.

ANÁLISES E RESULTADOS

A área total da horta comunitária, atualmente, divide-se em 40 lotes, alguns ocupados e em plena produção, outros cercados e abandonados. Há espaços de convivência coletiva e estruturas necessárias ao trabalho que são comuns a todos, como a bomba d'água.

Hoje, quase quatro décadas depois, esse terreno se constituiu em um espaço periurbano, por ser uma faixa de transição entre a área urbana e a área rural e tem uma paisagem com elementos dos dois ambientes. Contudo, para agricultoras e agricultores "ali" é a "roça", é assim que veem o seu lugar, e esse é mais que o endereço do trabalho: é o lugar do reencontro com a terra, como meio de sobrevivência e não de exploração, é o lugar de ser livre e emancipar-se, é lugar de encontros e trocas solidárias, é lugar da transmissão de saberes entre gerações.

A denominação dada por homens e mulheres a esse lugar, roça, é estranha num primeiro momento. Para eles, roça não é a área total da horta (comunitária), roça é cada pequeno lote, onde cada agricultor tem sua horta. Como se pode verificar na fala a seguir:

> **Agricultora A**: "*Eu não me costumo mais na rua não, me costumo mais na roça* [...]".

A denominação da horta como uma roça tem também uma relação com a identificação dos sujeitos como agricultores e agricultoras, a partir do elo construído com a terra ao assumirem um projeto individual em um coletivo (na horta comunitária tem uma organização do trabalho individual, em que cada agricultor[a] assume o cuidado de sua leira) e, por fim, no reencontro com experiências passadas vividas com suas famílias no trabalho com a terra.

Os agricultores e as agricultoras nasceram no campo e desde jovens acompanhavam seus familiares na "lida com a roça". Em geral, seus familiares eram empregados nas fazendas da região. Eles(as) cresceram lidando com a terra, se distanciaram do trabalho agrícola em

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

algum momento da vida e reestabeleceram sua relação com a terra a partir da horta comunitária.

A Horta Comunitária de Ipiaú pode ser entendida como um "território material e imaterial" (Fernandes, 2008). A horta, em sua localização, extensão, divisão de lotes e produção que garante a sobrevivência dos(as) agricultoras é um território material. A horta, roça, à medida que tensiona relações sociais e de trabalho calcados na ressignificação, partilha e construção de saberes, na construção de vínculos a partir da reciprocidade e solidariedade, se configura como um território imaterial.

Desse modo, a forma de organização elaborada pelos(as) trabalhadores(as) da horta, que estabelecia autonomia para cada sujeito trabalhar seu lote, e as maneiras que esses sujeitos foram encontrando para sobreviver – de se apoiarem com os mais próximos, dividindo tarefas e espaços, doando e recebendo – são táticas de resistência que conformam outros modos de ganhar a vida.

Os vínculos entre os sujeitos da horta foram construídos de duas maneiras: há as relações e acordos que envolvem o grupo como um todo, e existem vínculos mais restritos, que extrapolam os acordos do coletivo e que estreitam ainda mais a relação entre uns e outros agricultores, umas e outras agricultoras, nesta última, a solidariedade e cooperação estão mais latentes.

Se por um lado, os atos de resistência não surgem sempre do processo de conscientização e percepção da inviabilidade do sistema, mas se constituem como respostas às necessidades materiais; por outro, "[...] é a própria prática social, na produção ou em outras instâncias da existência social, o que produz e continuará a produzir modos diferentes de produção de sentido, isto é, perspectivas mentais diferentes das associadas ao capitalismo" (Quijano, 2002, p. 487), daí a força presente no trabalho autogerido dos(as) trabalhadores(as) da horta e tudo o que decorre dele, a solidariedade e a reciprocidade.

Outro ponto de destaque refere-se aos objetivos inicialmente delineados para a horta comunitária. Inicialmente, a horta foi idealizada para que apenas mulheres trabalhassem e complementassem o "pão trazido pelos esposos", compondo, assim, "o pão e meio". Contudo, a horta comunitária é, hoje, um espaço no qual famílias inteiras e de composições diversas – mas em sua maioria comandada por mulheres – dividem a terra para a produção e, assim, garantem a sua sobrevivência. O "meio pão" que essas mulheres iriam produzir se transformou em principal e/ou única fonte de renda, o pão inteiro, da maioria das famílias. Há famílias (mulheres, esposos, filhos e netos) que, integralmente, garantem sua sobrevivência por meio do trabalho na horta.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

A horta comunitária é, visivelmente, um território gerenciado pelo feminino e isso se dá em dois âmbitos: i) a presidente da associação é uma mulher; e ii) o trabalho na maior parte dos lotes é realizado ou direcionado por mulheres.

Os(as) agricultores(as) deixam claro sua preferência pelo que estão fazendo e expressam as razões: falam sobre trabalhos anteriores, recordando baixos salários, exploração, jornadas extensas, cobranças, e dizem ser a horta um espaço muito melhor para trabalhar, falam sobre a liberdade conquistada, a autonomia e as relações construídas.

Nas respostas sobre a motivação para trabalhar nesse espaço e a comparação dessa atividade com outras desenvolvidas anteriormente em que vendiam sua força de trabalho, dos(as) 12 participantes, 10 afirmaram que a horta é um lugar melhor para trabalhar e que uma das razões para isso é que na horta são mais livres. Nesse contexto, o reencontro com a terra permitiu construir um sentido de liberdade.

O pensamento que regula a relação Mercado-Estado-Sociedade entende ser livre o proprietário. O trabalhador é livre para vender sua força de trabalho, mas isso não garante obter o necessário à sua existência e viver plenamente sua humanidade. E mesmo a liberdade de vender o que lhe pertence, a força de trabalho, deve ser ponderada, pois, na contemporaneidade, a redução de postos de trabalho tolhe a liberdade de recusar condições opressoras de trabalho.

Portanto, para os(as) agricultores(as), a restrição de liberdade estava diretamente relacionada com: i) a falta de autonomia e a restrição do uso da criatividade na realização das tarefas; ii) a cobrança ofensiva e constante dos patrões; iii) a obrigação em cumprir cargas horárias extensas e rotinas intensas, mesmo quando não havia condições; iv) o distanciamento entre o mundo do trabalho e o mundo da vida; e v) a desvalorização traduzida na precariedade das condições de trabalho e na baixa remuneração. Esses aspectos remontam à visão de Polanyi (2019) no tocante à relação entre liberdade e o lugar que se ocupa na estratificação social.

A tomada de consciência da condição de exploração e a possibilidade de experienciar outras relações no trabalho com a horta tem permitido aos agricultores e às agricultoras perceberem-se no movimento processual e contínuo de autolibertação (Dussel, 2012). Nessa perspectiva, o trabalho e a liberdade vão ganhando outros sentidos, como se constata neste depoimento:

> **Agricultora D**: *Eu quero mil vezes, melhor trabalhar na horta que trabalhar em casa de família. Porque a* ***gente tem a liberdade da gente****, na casa de família a gente tem [que] fazer as coisas por ordem do patrão e da patroa, tá entendeno (sic), e aqui na horta da gente não, a gente faz o*

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

> *que a gente quer, o **nosso trabalho a gente faz qualquer hora**, então, o horário de a gente chegar num tem negócio de ter horário, né, casa dos outros (grifos nossos).*

No fazer, e pensando sobre o fazer, a agricultora se percebe vivenciando outra "liberdade" que não era experienciada no trabalho em casa de família – um trabalho assalariado, com carga horária alongada e com ritmos e transcurso da atividade predeterminados por outros.

No trabalho desenvolvido na horta comunitária, o privilégio de determinar seu modo de fazer por meio das experiências e experimentações e de controlar o tempo de trabalho e de produção ressignificam a ideia de liberdade. A expressão "ser mais livres" denota a capacidade de autodirecionamento do fazer e a reconexão do trabalho manual e intelectual e anuncia a habilidade de pensar sobre o próprio fazer e, em alguma medida, de assumir o controle sobre o processo de produção (Arruda, 1995; Souza *et al*., 2017; Souza; Costa, 2017).

O relato do Agricultor J também destacou vivências anteriores de trabalho em condições degradantes de intensa exploração. Ele relatou sua experiência como quebrador de pedra, quando precisava cumprir uma carga horária excessiva, desenvolvendo uma atividade extremamente cansativa, em condições precárias e sem retorno salarial significativo. Como trabalhador empregado era obrigado a cumprir essa extensa carga horária, mesmo quando não podia realizar as atribuições que lhe eram dadas. Dessa "situação-limite" (Freire, 1992) vivenciada, o agricultor submerge, reconhecendo-a como opressora. No processo de libertar-se, aspirando a mudança, vislumbra o "inédito-viável" e transcende essa situação, segundo ele, a partir do trabalho na horta comunitária.

Nesse mesmo sentido de afirmação da vivência de outra liberdade a partir da ressignificação do trabalho com as atividades desenvolvidas na horta comunitária, são apresentadas, a seguir, as histórias narradas pela Agricultora A:

> **Agricultora A**: *A gente tá livre de tá em casa dos outros. Eu acho que aqui é melhor do que lá em São Paulo, poque aqui eu tô em minha casa, não pago aluguel, o que eu ganhar dá pra mim assumir meus filhos, minha casa, e lá o custo lá é muito mais caro do que aqui, além eu ganhava um salário, lá eu ainda pagava aluguel, e o trabalho daqui da terra é melhor do que o de faxineira [risos], eu acho que é um serviço melhor porque a gente faz pra gente mesmo, e o que a gente fazer tá bom, e o de faxineira a gente tem que fazer do jeito que eles quer [risos], se não fazer não trabalha. (sic).*

Assim como a Agricultora D, a Agricultora A afirma que o trabalho na horta a livrou do trabalho de empregada doméstica em casas de outras pessoas. A forma como Agricultora A trabalhava – como empregada doméstica em tempo integral, na cidade de São Paulo –

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

retrata a realidade de inúmeras mulheres que partem de uma dada região do país, geralmente Nordeste ou Norte, para trabalhar e viver na casa de patrões, em outras regiões. Também chama a atenção a condição de assalariada para satisfazer as necessidades básicas.

Outro ponto importante a ser destacado é a dimensão qualitativa do trabalho que é atribuída à satisfação das necessidades humanas e à realização dos(as) trabalhadores(as). Em certa medida, a agricultora não problematiza o quanto se ganha com o trabalho na horta, apesar de isso também ser importante, mas como se "ganha a vida" na relação com a autonomia do trabalho na terra.

Essa situação vivenciada pela Agricultora A e pelo Agricultor J se repete na história da Agricultora D. Embora o cenário seja diferente, nas suas descrições aparece a insatisfação por parte do empregador com o trabalho realizado. O seguinte trecho mostra essa semelhança nos fatos:

> **Agricultora D**: *E na roça teve uma época tava uma chuva em J. L., a gente tava passando a chuva. Sabe o que foi que o homem chegou e disse? Só foi esse trabalho que vocês fez? Pega a inxada e vai embora*". (*sic*).

No relato da Agricultora D, é perceptível a ideia de exploração do trabalhador por meio: do controle excessivo do tempo de trabalho; da exigência de, no trabalho, fazer uso intenso e ininterrupto desse tempo visando a resultados maiores. O questionamento de quem supervisiona o trabalho, "[...] *só foi esse trabalho que vocês fez?*" (*sic*) tem raízes na história moderna. No processo de controle e de padronização do trabalho, se incorporam a carga horária determinada e o volume de resultados esperados. Isso, dentre outras razões, se deve às mudanças na percepção do tempo, conforme assegura Thompson (1998).

Ao investigar a mudança na concepção de tempo e sua consequência para a exigência de maior disciplina no trabalho, Thompson (1998) expõe duas formas bem distintas de lidar com o tempo e com o trabalho: na primeira, essa relação tinha como base o desenvolvimento das atividades cotidianas, o tempo era orientado pelas tarefas, o tempo era o tempo das necessidades; por outro lado, na segunda, a relação era com o tempo que transita a história e sofre as consequências do desenvolvimento tecnológico, e que passa a ser marcado mais precisamente. Isso torna mais fácil contabilizar o tempo que se transmudou em mercadoria e passou a ser controlado visando a uma produção maior e, consequentemente, mais lucro.

Thompson (1998) analisou ideias construídas nessa transição e que expõem a relação produzida entre o homem e o tempo, com valor quantificável. Nesse sentido, "[...] o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta" (Thompson, 1998, p. 272).

A relação com o tempo, a partir da atribuição de um valor a ele, é elemento de uma nova conjuntura social que promove, como consequência, a limitação na vivência da liberdade – anteriormente discutida e observada nos comentários dos agricultores e agricultoras. Embora a Agricultora D não use o termo, ao expor esse relato também discorre sobre não ser livre, por exemplo, para decidir parar a colheita da produção enquanto a chuva a impedia, pois, embora tenha tido essa atitude, sofreria consequências. É a descrição de uma "situação-limite" que desvela, para os imersos nela, a opressão e a injustiça que a caracterizam. A indignação da Agricultora D com a dispensa revela que a própria circunstância de exploração pode desencadear o processo de conscientização.

Ainda sobre o episódio em que se exigia maior produção, mesmo em circunstâncias desfavoráveis, a Agricultora D mostra perceber a injustiça e a exploração que definem a dispensa aplicada. No entanto, essas circunstâncias de trabalho não se modificam. A Agricultora D conta sobre o longo período que trabalhou nas roças de cacau do município sem ter acesso aos mínimos direitos de um trabalhador. Isso porque, "[...] no domínio das estruturas socioeconômicas, o conhecimento mais crítico da realidade, que adquirimos através do seu desvelamento, não opera, por si só, a mudança da realidade" (Freire, 1992, p. 16).

A Agricultora D recorda da indignação e das reivindicações por melhores condições de trabalho. Como uma grande parcela de agricultores e agricultoras que detém unicamente a força de trabalho, vivia a dependência da existência ou não da produção – na monocultura cacaueira – e da solicitação do trabalho de agricultores e agricultoras que viviam na cidade, que, recrutados sazonalmente, iam ao campo trabalhar num sistema de diária e com remuneração insuficiente para suprir suas necessidades básicas. Esse é um exemplo de um sistema desumanizador e de extensa exploração da força de trabalho.

Por outro lado, o trabalho na "Outra Economia" carrega configurações que contribuem de modo significativo para o desenvolvimento da autonomia, sobre a qual é pensada aqui a partir da concepção freiriana, e se afasta do termo individualismo, com o qual a visão conservadora pós-moderna tende a confundi-la. Assim, duas questões precisam ser colocadas no entendimento do termo, a primeira é que "Freire nos propõe essa discussão a partir de um paradoxo, o paradoxo da autonomia-dependência" (Machado, 2008, p. 105). O homem/mulher toma consciência de que, como ser da cultura, depende do outro e essa consciência já é em si libertadora para o eu e para o outro, ou seja, a consciência de

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

dependência liberta os indivíduos para assumirem "radicalmente" o ser eu. Ademais, a autonomia se caracteriza como processo e experiência da liberdade.

Desse modo, os(as) agricultores(as) conscientes da situação de opressão vivida, e por opção ou simplesmente por falta de outras oportunidades, passam a deter o controle da sua prática produtiva, e nisso vivem o trabalho de outra forma e construindo uma percepção diferente de si mesmos na produção material e imaterial da vida. Junto com a consciência sobre as "situações existenciais opressoras" desenvolve-se o pensamento que reconhece seu papel no processo de conquista da própria liberdade.

Na voz dos agricultores e agricultoras há uma entonação que revela orgulho pelas conquistas e aprendizagens, ressonância comum nas diversas respostas que os sujeitos foram construindo:

> **Agricultora D**: "*Leone me deu esse pedaço de terra aqui, aí eu deixei de vender salgado, fazer faxina, porque aqui a gente trabalha, a gente vive do da gente*."
> **Agricultora M**: "*Só tinha mato, e aí a gente foi limpando, foi plantando, foi colhendo, foi vendendo* [voz ao fundo], [...] *lá vai a gente continuando a vida com a nossa luta*. (*sic*).

"*Lá vai a gente continuando a vida com a nossa luta*" é uma expressão que marca a experiência desses agricultores e agricultoras e apresenta a autonomia como elemento fortalecedor dessa experiência. Uma autonomia que é construída permanentemente, pois a vida continua com aqueles e aquelas que, conscientes das ausências do Estado e das desigualdades do sistema, se reconhecem como sujeitos responsáveis pela luta por libertar-se. Nessa perspectiva, Freire (1987) assim explica a necessidade dessa assunção:

> Os oprimidos, que introjetam a "sombra" dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que "preenchessem" o "vazio" deixado pela expulsão, com outro "conteúdo" – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem (Freire, 1987, p. 22).

Outro ponto bastante relevante nas observações de Marisa diz respeito ao fato de que, embora na horta comunitária cada agricultor ou agricultora trabalhe em lotes individuais, há o reconhecimento de uma luta que é de muitos. Para Marisa, a luta não é dela, a luta é "nossa". Há um processo de identificação que se alinha ao conceito de libertação-autonomia de Sung (2008) a partir do pensamento de Freire (1987), ou seja, "[...] a liberdade não se opõe à liberdade alheia […], nem termina onde começa a liberdade do outro, mas ela se realiza

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

quando se encontra com outras pessoas na luta pela sua liberdade e pela das outras" (Sung, 2008, p. 483-485).

Para além da importância atribuída ao sentido libertador do trabalho dos(as) agricultores(as) na horta comunitária e associado a ele, há que se destacar as vicissitudes desse território imaterial enquanto produtor de saberes e valores que vão se constituindo nas formas de relação entre as pessoas. Nesse movimento, a dimensão política revela-se na emergência da ética da vida, em detrimento da ética do capital. De outro modo, a práxis produtiva permeada pela ética da vida e por valores como a reciprocidade e a solidariedade reforça e potencializa seu caráter educativo.

Nesse sentido, o primeiro desafio posto foi ressignificar a ideia de comunitário, diante dos vínculos e relações constituídos no espaço-tempo da horta pelos(as) agricultores(as). Ampliar a compreensão do termo "comunitário" foi possível na associação entre o que foi ouvido e o entendimento do termo como "categoria histórica e social" (Freire, 1996), o que incorpora ao conceito mudanças, intensificação ou retração de alguns aspectos da categoria. A compreensão da dádiva trazida por Gaiger (2016) dialoga com Freire (1996), por considerar que na materialização do conceito não cabe um "tipo único". Isso contribuiu, consideravelmente, para ampliar a ideia de "comunitária":

> [...] a dádiva não é entendida em contraposição a uma inexistência de vínculos, nem como sinônimo de um tipo único de vínculo ou princípio, mas como um referente latente impulsionador do cultivo de relações vinculantes, como um modelo arquétipo a lembrar que a melhor escolha diante de nossa condição de interdependência é confiar e, para isso, dar antes de receber (Gaiger, 2016, p. 176).

A expressão comunitária na horta não se dá num modelo idealizado de empreendimento em que todos os meios de produção são usados por todos e no qual só se encontra o trabalho coletivo e a divisão total da produção. Pelo contrário, o comunitário foi recriado diante das possibilidades concretas e organizativas do coletivo e, portanto, é encontrado em pequenos núcleos de trabalho e na dinâmica dos vínculos construídos entre os agricultores e agricultoras. De forma simbólica, destaca-se a atenção à necessidade do outro como um exemplo de conteúdo que dá forma ao comunitário:

> **Agricultora D:** "*Só venho sábado por que venho ajudar ela*".

Outro exemplo foi o relato da Agricultora D sobre como iniciou sua parceria com a Agricultora L. Embora cada uma tenha lote específico na horta, as especificidades de um deles (terreno inclinado) fizeram com que decidissem trabalhar juntas, num mesmo lote. Entretanto, o compartilhamento do lote, proposto pela Agricultora D, que é a "proprietária"

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

do terreno plano, não é a única atitude que reflete uma ação que resulta da atenção direcionada ao outro. Para além disso, a Agricultora D auxilia voluntariamente a Agricultora L, que produz em maior escala e para comercialização. Esses laços têm semelhanças com um dos "relacionamentos econômicos", descritos por Acosta:

> Makipurarima: é um acordo entre indivíduos para realizar um trabalho particular de qualquer índole, em que não intervém qualquer remuneração salarial. A única condição é que quem recebeu a ajuda devolva essa ajuda em outra oportunidade (Acosta, 2016, p. 187).

A "recíproca" é manifestada:

> **Agricultora L**: *Às vezes, assim, eu tiro dela, levo, vendo, quando eu tenho pouco, mais só assim, balde essas coisas tudo ela tem um, mas se eu pegar o dela ela não importa, se ela pegar o meu, nós é a mesma coisa. Se eu tiver semente, muda, ela querer, eu não faço questão. Se ela tiver, eu também posso pegar, nós somos assim. Nós não tem confusão não. Comida, tudo é igual, se ela tiver uma comida, nós come; se eu tiver uma comida, nós come também. (sic).*

A descrição reflete partilha, uma relação em que, embora apareçam pronomes possessivos, eles perdem força e sentido. A relação é explicada com um arranjo no qual sendo da Agricultora D ("*dela"),* a Agricultora L pode tirar e sendo da Agricultora L (*"meu"),* a Agricultora D pode pegar. A força da colocação é perceptível no termo *"nós",* a forma como é empregado confirma sua semântica e revela uma relação fundada na atitude de partilhar histórias, o dia a dia, o trabalho, mas, alinhado a isso, partilhar o "material" necessário à manutenção da existência. Deste amplo partilhar emerge a reprodução da vida.

Esse encontro entre a Agricultora D e a Agricultora L não se configura como exclusivo, enquanto se constrói a história da horta comunitária, recuperando e fazendo a leitura de documentos, encontram-se registros de diversos gestos solidários entre os agricultores e agricultoras. Em um desses registros, retirado de um antigo livro, de uma ata, uma data, a narração sobre a arrecadação de doações entre esses sujeitos para ajudar outra agricultora, que, doente, estava impedida de trabalhar. O Agricultor LS, o guardador das memórias e histórias da horta, recorda que, além dessa ajuda financeira, o grupo fez mutirões para ajudar na limpeza de lotes de alguns agricultores e agricultoras.

Os princípios do altruísmo, a partilha e a solidariedade que alimentam esses gestos e a jornada das Agricultoras L e D são perceptíveis em outras relações, como no encontro entre a Agricultora N e a Agricultora A. A primeira cede parte da sua área, visando contribuir para que a Agricultora A tivesse melhores condições de trabalho, já que ela (segundo seus relatos),

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

trabalhando em casa de família, não se sentia bem. Conta a agricultora presenteada, narrando o início da sua história na Horta Comunitária de Ipiaú:

Agricultora A: "*Ela me deu um pedacinho aqui pertinho*"

A Agricultora N reconta sua trajetória lá e deixa explícita a ideia de também sentir-se responsável pelo outro e a necessidade de retribuir. Entende que, tendo-lhe sido ofertado, também deva ofertar. De modo geral, pode-se reafirmar a postura dos agricultores e agricultoras como uma aproximação aos princípios da dádiva, reciprocidade e redistribuição.

A narrativa sobre como se iniciou a história da Agricultora A na horta, nas suas circunstâncias, evidencia elementos de um dos "relacionamentos econômicos" apresentados por Acosta (2016, p. 188), o *waki*, que seria a concessão de sua terra para possibilitar a outros trabalharem. Depois de trabalhar um tempo no espaço cedido pela Agricultora N, a Agricultora A passou a trabalhar numa área maior, cedida pela Agricultora G, também integrante da horta e que, precisando viajar a São Paulo, lhe ofereceu seu lote. A agricultora S também relatou sua história com a horta a partir da concessão de um lote feita pelo Agricultor DO.

Dessas narrativas que mostram como um e outro sujeito iniciaram seu trabalho na horta comunitária, é possível entender a forma como se relacionam com a terra, meio de produção. Em todas as situações narradas, a terra esteve à disposição da necessidade de garantir a vida. Isso fica explícito quando os lotes, mesmo já tendo um sujeito específico respondendo por ele e trabalhando nele, nas histórias das Agricultoras L, A e S, esses sujeitos entenderam a terra como recurso de quem precisava sobreviver. Observa-se que nas quatro situações a necessidade de quem chega à horta é primeiro sanada pela atitude de partilha de agricultores e agricultoras. Ou seja, antes de receber um lote dos que administram o espaço de forma oficial, aqueles que precisam são atendidos por quem, já tendo um lote, não é limitado pela ideia de posse e pelo individualismo.

Na Horta Comunitária de Ipiaú, ao regar a produção de outro agricultor ou agricultora, ao ceder mudas ou vegetais, ao emprestar ferramentas, os sujeitos não estão repetindo, fielmente, os princípios que orientavam os grupos humanos primitivos ou princípios que ainda regem comunidades tradicionais, entretanto, a postura de agricultores e agricultoras se abeiram à dinâmica gerada por esses princípios.

Agricultora A: *O povo fala muito ne união que não tem união, porque eu acho que a união quem tem que fazer somos nós. Eu ali tenho meu vizinho que é o marido da irmã G. e outro senhor que chama C. também é o mais velho também daqui da horta. Pra mim eu não tenho diferença nenhuma*

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

> *deles, porque se eu tiver, se eu viajar minha horta tiver seca, se eu demorar, eu chego topo minha horta molhada, porque, qualquer um deles molha. Tem outra também A. ela mora lá no canto, ela mora lá, mas se ela passar vê minha horta seca ela molha, então quem tem que fazer a união somos nós, cada um fazer seu pouquinho, talvez eu vejo a horta dele, ele é meu vizinho, eu vejo seca e num molho, aí ele vai fazer a mesma coisa comigo, aí eu num vou molhar a dela por que ela num molhou. Então é assim, quando eles sai também eu vou lá molho, sei que a horta dele é maior mais eu molho, por que é com uma mão lavando a outra, então nós que temos que fazer a diferença num tem fulano ciclano, ah mas fulano não tem união, mas então procura fazer a união com ele, vai lá faz alguma coisa pra vê se ele num distribui né, por que eu acho que nós temos que fazer isso, se fulano não quer mas eu vou tentar, por que eu sou assim. (sic).*

A descrição de como se relaciona com os vizinhos de área e os conselhos explícitos na fala dessa agricultora apresentam traços da dádiva (Gaiger, 2016), um fundamento que gera e nutre relações a partir da iniciativa de ofertar. Detalhando a fala da Agricultora A, *"vai lá faz alguma coisa pra vê se ele num distribui né",* expressa um saber sobre a interdependência real e concreta entre os agricultores. Narra situações nas quais é nítida a necessidade que um tem do outro, e essa certeza imprime uma postura: mesmo diante de atitudes contrárias, ela mantém o perfil de quem entende que dar antes de receber impulsiona um movimento solidário que também lhe trará benefícios. Esse perfil expresso na fala da Agricultora A é explicado por Gaiger:

> Quando sentimentos de estarmos mutuamente vinculados presidem os comportamentos, situações momentâneas de assimetria ou de desequilíbrio não são decisivas; ao contrário, podem estimular atitudes de colaboração, no sentido de gerar um futuro equilíbrio e maiores chances de correspondência, direta ou interposta (Gaiger, 2016. p. 182).

As caminhadas em meio às leiras e aos causos contados por esses sujeitos, entre uma e outra experiência de plantar, cuidar e colher, foram revelando que os laços estabelecidos entre grupos menores (vizinhos de lotes) são laços de solidariedade, de partilha e altruísmo.

Em diversas experiências, os princípios solidários ultrapassam a relação entre sujeitos que trabalham na horta e influenciam a relação entre quem produz e vende e a comunidade que consome esse produto. Isto é, os princípios de solidariedade e altruísmo transbordam os limites da horta e estão presentes também nas relações estabelecidas com os consumidores dos produtos da horta.

Contudo, também se afirmou que as atitudes comunitárias, para além de embasarem as relações mais restritas, foram percebidas em situações pontuais. O comunitário se revela na resolução de questões que afetam o coletivo e mobilizam todos e todas na busca de resolver a problemática. Uma dessas questões diz respeito à manutenção do sistema de irrigação, que,

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

sendo um sistema precário, apresenta constantes problemas, mas todos se mobilizam em torno da questão e contribuem para encaminhar a solução.

Pensando na Horta Comunitária de Ipiaú como um todo, observa-se a importância da forma como o trabalho foi se configurando, do sentido atribuído a ele por agricultores e agricultoras e no fato de as relações serem baseadas em princípios não capitalistas. Embora a horta esteja inserida nesse sistema, a perspectiva dos seus sujeitos em relação ao trabalho e ao seu fim difere muito da imposição de centralizar a busca por lucro ou mesmo a ideia de competição.

Os valores reflexos e condicionantes do processo de produção material da vida na horta comunitária fomentam nos agricultores e agricultoras o movimento de educar-se. Num espaço de trabalho no qual a perseguição pelo lucro é foco e centro, as atitudes solidárias não teriam espaço, seriam um empecilho à ampliação do lucro. Ofertar um "pedacinho" do lote se converteria em menos espaço, menos produção e, consequentemente, menos lucro. O trabalho que tem por base a produção da existência, a ética da vida, permite a adoção de atitudes solidárias, de partilha e altruístas. Portanto, há um forte caráter educativo para além do capital, uma "rebeldia" que, ao seu modo, rompe com o sistema de internalização do capital (Mészáros, 2008).

CONCLUSÕES

A análise interpretativa dos relatos dos(as) agricultores(as) evidenciou sentidos atribuídos ao trabalho e posturas construídas a partir de fazeres e saberes que foram associados à ideia de uma "Outra Economia". Esses sentidos e essas posturas são vistos como resultado de um processo de aprendizagem promovido pelas próprias experiências vividas pelos(as) agricultores(as), ou melhor, um processo de aprendizagem possibilitado por meio das várias experiências de trabalho e favorecido pela reflexão sobre elas.

Dessa forma, princípios como liberdade, autonomia, solidariedade e partilha foram identificados nas experiências desses agricultores e agricultoras no trabalho com a horta, contrapondo-se ao que era vivido em outros espaços de trabalho.

A horta comunitária numa primeira vista é espaço de trabalho, mas, enquanto território (i)material potencialmente revelado, também é político – à medida que organiza os interesses para pensar o bem coletivo –; é cultura – uma vez que o produzir, viver, sentir, pensar estão integrados na forma de vida –; é educativo porque, como diria Freire, as pessoas se educam em comunhão, na prática social, na luta enquanto condição existencial (Freire, 1987). Mas,

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

sobretudo, esse caráter educativo deve-se à força humanizadora presente na práxis material e imaterial que caracteriza essa "Outra Economia".

A leitura de mundo dos agricultores e agricultoras sobre suas vivências na horta demonstrou que no processo de reinvenção da produção de sua existência há o germe para a transformação do sujeito societal (Tiriba, 2019) e para a emancipação como conquista do trabalhador, que precisaria alcançar todos.

A pequena e situada experiência de transformação e busca da liberdade desses indivíduos sustenta princípios essenciais às necessárias mudanças sociais. A força desse germe é fruto de todo o transcurso feito por esses homens e mulheres que, a partir da práxis na horta comunitária, retomam passos vividos e olhares críticos direcionados à sociedade e ao contexto de sua opressão, comparando-os aos passos dados entre as leiras da horta e confirmando a vivência da liberdade como conquista.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador à educação. *In*: GOMEZ, Carlos Minayo *et al.* (org.). **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995. p. 75-91.

ARRUDA, Marcos. A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral. *In*: GOMEZ, Carlos Minayo *et al.* (org.). **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995. p. 61-74.

CALDART, Roseli Salete. Caminhos para a transformação da escola. *In:* CALDART, Roseli Salete; STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Daiana. (org.). **Caminhos para a transformação da escola**: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas de campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 115-138.

CATTANI, David Antônio. Emancipação social. *In*: CATTANI, David Antônio *et al.* (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 175-180.

CIAVATTA, Maria Franco. O trabalho como princípio educativo. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil e LIMA, Júlio César França Lima: **Dicionário de Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. *In*: CATTANI, David Antônio *et al.* (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 120-127.

DI GIOVANNI, Geraldo; Introdução. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo, NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: FUNDAP, 2013.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 197-216.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 168-194, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/?lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

GAIGER, Luís Inácio Germany. **A descoberta dos vínculos sociais**: os fundamentos da solidariedade. São Leopoldo: Unisinos, 2016.

GAIGER, Luís Inácio Germany. LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária. *In*: CATTANI, David Antônio *et al.* (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 162-168.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** 2. ed. Brasília, DF: MMA, 2006.

MACHADO, Rita de Cássia de Fraga. Autonomia. *In*: STRECK, Danilo R. *et al.* (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 102-106.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas do nosso tempo. São Paulo: Edições 70, 2019.

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAZETO, Luis Miguel. Economia de solidariedade e organização popular. *In*: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. **Educação comunitária e economia popular,** São Paulo: Cortez, 1993.

RIBEIRO, Marlene. Liberdade, autonomia, emancipação: uma construção histórica. *In*: **Movimento camponês, trabalho e educação, liberdade, autonomia emancipação**: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-290.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pedagogia do oprimido, investigação-ação participativa e epistemologias do sul. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. 1. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

SOUZA, Ivna Herbênia da Silva; PAES COTRIM, Keila dos Santos; SILVA BARBOSA, Daniela Mares Rodrigues da; VIEIRA, Patrícia. Autogestão no âmbito da organização associativa e solidária: o caso das Mulheres Camponesas do município de Riacho de Santana. **Revista Macambira**, v. 1, n. 1, p. 71–83, 2017. DOI: 10.35642/rm.v1i1.106. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/RM/article/view/106. Acesso em: 20 jul. 2024.

SOUZA, Heron Ferreira; COSTA, Davi Silva da. Inovação social e estratégias de convivência com o Território Velho Chico (Ba) amparados na agroecologia e na intervenção participativa. **Revista Macambira**, v. 1, n. 1, p. 4–16, 2017. DOI: 10.35642/rm.v1i1.100. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/RM/article/view/100. Acesso em: 20 jul. 2024.

SUNG, Jung Mo. Liberdade. *In*: STRECK, Danilo R. *et al.* (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 483-485.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIRIBA, Lia. Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. *In*: ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de; BERTONI, Luci Mara (org.). **Estado, política e sociedade**: está o mundo de ponta-cabeça? Brasília, DF: Technopolitik, 2019. p. 69-90.

TIRIBA, Lia. ICAZA, Ana Mercedes Sorria. Economia Popular. *In*: CATTANI, David Antônio *et al.* (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 150-155.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

TITTON, Mauro. **O princípio educativo do trabalho e o trabalho enquanto princípio educativo**: ampliando o debate com os movimentos de luta social. Anped. Disponível em: https://anped.org.br/biblioteca/o-principio-educativo-do-trabalho-e-o-trabalho-enquanto-principio-educativo-ampliando-o-debate-com-os-movimentos-de-luta-social/. Disponível em: 20 jul. 2024.

Revista Macambira

Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 30/06/2024 **Aceito em**: 13/08/2024 **Publicado em**: 30/09/2024	**Received on**: 06/30/2024 **Accepted in**: 08/13/2024 **Published on**: 09/30/2024
Contribuições de Autoria *Resumo*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Introdução*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Referencial teórico*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Análise de dados*: Uilma dos Santos Ramos. *Discussão dos resultados*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza. *Conclusão*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Referências*: Uilma dos Santos Ramos e Heron Ferreira Souza Revisão do manuscrito: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Aprovação da versão final publicada*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza	**Author Contributions** *Abstract/Resumen*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Introduction*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Theoretical Reference*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Data analysis*: Uilma dos Santos Ramos *Discussion of results*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Conclusion*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *References*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Manuscript review*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza *Approval of the final published version*: Uilma dos Santos Ramos, Heron Ferreira Souza
Conflitos de Interesse Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.	**Interest conflicts** The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.
Como Citar este artigo - ABNT RAMOS, Uilma dos Santos; SOUZA, Ferreira Heron. O sentido libertador e educativo do trabalho de agricultores(as) na horta comunitária de Ipiaú - Bahia. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, jan./dez., 2024. https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427	**How to cite this article - ABNT** RAMOS, Uilma dos Santos; SOUZA, Ferreira Heron. The liberating and educational meaning of farmers' work in the Ipiaú - Bahia community garde. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081031, jan./dez., 2024. https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1427

Licença de Uso	**Use license**
A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY 4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any médium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.